

ESTATUTO DA IGREJA BATISTA VIDEIRA

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E FINS

Art. 1º – A Igreja Batista Videira, doravante denominada IGREJA, é uma organização civil, de natureza religiosa, fundada em 1 de fevereiro de 2020, instituída por tempo indeterminado, com número ilimitado de membros, sem fins lucrativos, com sede na Rua Gato do Mato, 183 – Paratibe, João Pessoa – PB, CEP: 58062-316, e foro na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Parágrafo único - São membros fundadores as pessoas, membros de igrejas Batistas, cujos nomes constam na ata do Concílio de fundação da IGREJA.

Art. 2º - A IGREJA reconhece a Jesus Cristo como única e suprema autoridade sobre si e o proclama como único Senhor e suficiente salvador. Para seu governo, em matéria de fé, culto, disciplina e conduta, a IGREJA rege-se pela Bíblia Sagrada e adota a "Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira".

Art. 3° - A IGREJA existe para glorificar a Deus e com as seguintes finalidades:

I – Reunir-se regularmente para cultuar, adorar e louvar a Deus;

II - Proclamar a mensagem do evangelho de Jesus Cristo;

 III – Estudar a Bíblia, apropriar-se de sua verdade, praticar seus ensinos e promover o crescimento espiritual de seus membros e congregados;

 IV - Cultivar a comunhão e a fraternidade cristã entre seus membros, com as demais igrejas da mesma fé e ordem e com outras igrejas cristãs, sem prejuízo dos princípios batistas;

V – Promover a causa da ação social e da educação em todos os níveis, objetivando o desenvolvimento do indivíduo em suas dimensões espiritual, emocional, física e social:

VI – Participar de atividades ligadas à assistência social, saúde, educação, cultura, evangelização e missões, que se coadunem com o objetivo da IGREJA.

Art. 4º – Para cumprir suas finalidades, A IGREJA poderá criar organizações civis regidas por estatuto próprio, cuja finalidade, forma e modo de funcionamento devem sujeitar-se aos princípios recepcionados no presente Estatuto.

PARA



- **Art. 5º** A IGREJA relaciona-se, para fins de cooperação, com as demais igrejas filiadas à Convenção Batista Paraibana, doravante denominada CONVENÇÃO, e à Convenção Batista Brasileira.
- Art. 6º A IGREJA é autônoma e soberana em suas decisões e não está subordinada a qualquer outra igreja, instituição, autoridade denominacional ou eclesiástica.
- Art. 7º Para seu funcionamento administrativo e deliberativo, a IGREJA adota a seguinte estrutura funcional:

I - Assembleia Geral:

II - Diretoria Executiva;

III - Conselho Pastoral;

IV - Conselho Consultivo;

V - Conselho Fiscal;

VI - Ministérios.

CAPÍTULO II

DA ADMISSÃO E DESLIGAMENTO DOS MEMBROS DA IGREJA

- Art. 8° A IGREJA é constituída de pessoas que professam a sua fé em Jesus Cristo, como único Salvador e Senhor, e aceitam, voluntariamente, a disciplina e as doutrinas bíblicas por ela defendidas e ensinadas.
- **Art. 9º** São membros da IGREJA, sem distinção de raça, sexo, idade, condição social ou nacionalidade, as pessoas recebidas por decisão da Assembleia Geral por uma das seguintes formas:
- I Batismo, precedido de pública profissão de fé;
- II Carta de transferência de outra igreja da mesma fé e ordem;
- III Reconciliação;
- IV Aclamação, precedida de testemunho e compromisso.
- § 1º Só poderá ser recebida por aclamação a pessoa cuja carta de transferência não puder ser requerida, por motivo alheio à vontade da IGREJA e da pessoa interessada, desde que tenha sido batizada por imersão ou, sendo membro de igreja da mesma fé e ordem, caso essa não atenda a solicitação no prazo de 90 (noventa) dias.
- § 2º Casos especiais não constantes neste artigo serão decididos pela ICREJA em assembleia geral.





Art. 10° – O desligamento de membros ocorrerá, por decisão da Assembleia Geral, nas seguintes hipóteses:

I - Falecimento;

II - Carta de transferência para outra igreja da mesma fé e ordem;

III - Solicitação do interessado;

IV - Abandono;

V - Exclusão.

- **§ 1** ° O abandono caracterizar-se-á com a ausência do membro da IGREJA aos cultos e/ou deixar de participar das atividades eclesiásticas, por tempo suficiente a demonstrar desinteresse pela igreja e a obra que realiza.
- § 2º A exclusão ocorrerá quando o membro da IGREJA infringir os princípios éticos, morais e da boa conduta, defendidos pela igreja, com fundamento nas Sagradas Escrituras; defender e professar doutrinas ou práticas que contrariem a "Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira", bem como deixar de observar, a critério da igreja, os deveres constantes do artigo 12 deste estatuto.
- § 3º A Assembleia Geral deliberará sobre o desligamento de qualquer membro, mediante parecer do Conselho Consultivo, devidamente fundamentado, ou de uma comissão constituída para essa finalidade.
- § 4º Nos casos previstos nos incisos IV e V deste artigo o membro da igreja terá amplo direito à defesa antes do desligamento e poderá solicitar sua readmissão mediante carta e testemunho público, cabendo à Assembleia deliberar.
- § 5° Sob qualquer alegação, nenhum direito eclesiástico poderá ser reivindicado por aquele que deixar de ser membro da IGREJA.

CAPÍTULO III DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS

Art. 11° - São direitos dos membros:

I – Participar das atividades da igreja;

II – Participar da assembleia geral, com direito ao uso da palavra e ao exercício do

voto;



 III – Participar dos cultos, celebrações, eventos e demais atividades promovidas pela IGREJA;

 IV - Votar e ser votado para quaisquer cargos ou funções, observada a maioridade civil, quando se tratar de eleição da diretoria da IGREJA;

V - Receber assistência espiritual.

Parágrafo único – Quando a decisão envolver matéria de repercussão legal, os votos dos membros civilmente incapazes não serão computados.

Art. 12° - São deveres dos membros:

- I Manter conduta compatível com os princípios éticos, morais e espirituais de acordo com os ensinos da Bíblia Sagrada;
- II Exercitar os dons e talentos de que são dotados;
- III Contribuir com dízimos e ofertas para que a IGREJA atinja seus objetivos e cumpra sua missão;
- IV Exercer, com zelo e dedicação, os cargos e comissionamentos para os quais forem eleitos;
- V Observar o presente estatuto e zelar pelo seu cumprimento.

CAPÍTULO IV

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 13° – A Assembleia Geral Ordinária, constituída pelos membros da igreja é o seu poder soberano cabendo-lhe, com exclusividade, as seguintes atribuições:

I - Eleger e destituir o pastor titular, os pastores auxiliares e os ministros de áreas;

 II - Eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Pastoral, do Conselho Consultivo, do Conselho Fiscal e os Líderes de Ministérios;

III - Aprovar o orcamento anual;

IV – Apreciar os relatórios periódicos e anuais da Diretoria e demais órgãos;

V – Aprovar os balancetes mensais, ouvido o Conselho Fiscal;

VI – Alienar por venda ou de outra forma, bem como onerar total ou parcialmente o patrimônio da igreja, exclusivamente com vistas à expansão da obra;

VII - Aceitar doações e legados;

VIII - Transferir a sede da igreja;

IX - Decidir sobre a mudança do nome da igreja;

X – Reformar o estatuto, aprovar e reformar o regimento interno da igreja;

XI – Tomar outras decisões que envolvam aspectos administrativos, eclesiásticos e doutrinários:









XII – Deliberar sobre a dissolução da igreja; XIII – Resolver os casos omissos neste estatuto.

- **Art. 14°** A igreja reunir-se-á trimestralmente em assembleia geral extraordinária, eventualmente, e anualmente em assembleia geral ordinária, no início de cada ano, quando se fizer necessário.
- § 1º Para serem válidas, as assembleias deverão ser realizadas na sede da IGREJA, salvo motivo de força maior, a critério da maioria dos membros.
- § 2º As assembleias extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de sete dias, constando na convocação os assuntos a serem tratados, através do Boletim Informativo, site ou aplicativo da IGREJA, bem como por editais fixados nos quadros de aviso ou publicados nas redes sociais da IGREJA.
- **Art. 15°** A Assembleia Geral ORDINÁRIA poderá ser convocada por 1/5 (um quinto) dos membros da IGREJA, desde que o Presidente ou o Vice- Presidente da igreja se recusem ou estejam impedidos de fazê-lo.
- **Parágrafo único –** Ocorrendo o disposto no caput deste artigo, o Edital de Convocação será assinado por qualquer membro da diretoria, na ordem de sua eleição ou pelo Conselho Fiscal.
- **Art. 16°** A Assembleia Geral EXTRAORDINÁRIA será realizada com o quórum de 1/4 (um quarto) dos membros da igreja, em primeira convocação, e de qualquer número, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, exceto para os assuntos previstos no artigo seguinte.
- **Art. 17 ° –** Os assuntos a seguir só poderão ser tratados em assembleia extraordinária, especialmente convocada para o fim a que se propõe:
- I Aprovação e reforma do regimento interno;
- II Mudança do nome da igreja;
- III Destituição de membros da diretoria e do Conselho Fiscal;
- IV Reforma do presente estatuto;
- V Eleição ou destituição do pastor titular e dos pastores auxiliares;
- VI Mudança da sede;
- VII Aquisição, oneração ou alienação de bens patrimoniais, exclusivamente à bem da igreja e sua expansão;









VIII - Solicitação de desligamento do Rol Cooperativo da Convenção Batista
 Paraibana e Convenção Batista Brasileira;
 IX - Dissolução da igreja.

- § 1º Para as decisões referentes aos incisos I e II o quórum será de 1/4 (um quarto) dos membros da igreja e a aprovação dar-se-á pela maioria absoluta dos presentes na assembleia.
- § 2º As decisões referentes aos incisos III e IV só serão válidas com o quórum de maioria absoluta dos membros da igreja, em primeira convocação, e no mínimo 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, sendo as decisões tomadas pelo voto favorável de 2/3 (dois terços) dos presentes à assembleia ou por maioria dos presentes no momento da votação.
- § 3º As decisões referentes aos incisos V, VI e VII só serão válidas com o quórum de 2/3 (dois terços) dos membros da igreja em primeira convocação; da metade mais um em segunda convocação, 7 (sete) dias após; e de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, 30 (trinta) minutos após a segunda. As decisões serão tomadas pelo voto favorável de 2/3 (dois terços) dos presentes à assembleia ou por maioria dos presentes no momento da votação.
- **§ 4º** Para a decisão referente ao inciso VIII o quórum será de 3/4 (três quartos) dos membros da Igreja, devendo a decisão ser tomada pelo voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros presentes à assembleia ou por maioria dos presentes no momento da votação.
- § 5° Para a decisão referente ao inciso IX será necessário o voto de 80% (oitenta por cento) dos membros da igreja, em duas assembleias gerais, realizadas com intervalo de 3 (três) meses, devendo a convocação ser feita expressamente para esse fim, com ampla publicidade, inclusive pela imprensa denominacional, observada a antecedência de 30 (trinta) dias para a convocação.
- **§ 6º** Em qualquer deliberação, o resultado da votação deverá ser fiel e integralmente registrado em ata.
- Art. 18 O pastor titular e os pastores auxiliares só serão destituídos após serem comunicados, por escrito, com contrafé ou aviso de recebimento, do dia e da hora da realização da Assembleia Extraordinária que tratará do assunto, os quais terão direito ao contraditório e a ampla defesa.



9



CAPÍTULO V

DA DIRETORIA EXECUTIVA

- **Art. 19** A administração da igreja será exercida por uma diretoria composta de: Presidente, Vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, eleitos entre os membros civilmente capazes, os quais não serão remunerados, sob qualquer título, pelo exercício dessas funções.
- **Art. 20** O mandato da diretoria é de dois anos, podendo haver uma reeleição, exceto para o cargo de presidente que será exercido pelo Pastor Titular, por tempo indeterminado, a juízo da assembleia geral.
- **Art. 21 –** As datas para eleição e posse da diretoria, bem como dos dirigentes de outros órgãos, internos e externos, serão fixadas no calendário anual da igreja.

Art. 22 - Compete ao Presidente:

- I Superintender e supervisionar as atividades da igreja;
- II Convocar e presidir a assembleia geral;
- III Representar a igreja, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- IV Participar das reuniões de qualquer ministério ou órgão da igreja, interno ou externo, na qualidade de membro ex-ofício;
- V Assinar, com o secretário, as atas da assembleia geral e do Conselho Consultivo;
- VI Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, juntamente com o tesoureiro;
- VII Apresentar à assembleia geral relatório anual das atividades da igreja;
- VIII Decidir, juntamente com o Conselho Consultivo, nos casos comprovadamente excepcionais ou de extrema urgência, ad referendum da assembleia geral;
- IX Exercer o voto de desempate nas assembleias e reuniões;
- X Assinar escrituras de compra e venda, de hipoteca e outras de bens imóveis, mediante aprovação prévia da igreja, nos termos deste estatuto;
- XI Contratar, ouvido o Conselho Consultivo, pessoas físicas ou jurídicas para serviços de assessoria e ou consultoria técnico-profissional através de contrato de prestação de serviços;
- XII Assinar Contratos, Termos de Convênio, Parceria, Colaboração e outros, quando previamente autorizados pela igreja;
- XIII Cumprir e fazer cumprir este estatuto.
- **Art. 23** Compete ao vice-presidente, sem prejuízo de outras responsabilidades que lhe forem atribuídas, substituir o presidente, em suas ausências e eventuais impedimentos.





Art. 24 - Compete ao 1º secretário:

- I Lavrar e assinar com o presidente as atas da assembleia geral e do Conselho Consultivo;
- II Receber e despachar a correspondência administrativa;
- III Manter em ordem os arquivos, livros, cadastros e o rol de membros da igreja.

Parágrafo único – Ressalvada a hipótese do inciso I, os demais encargos poderão ser exercidos por empregados remunerados pela igreja.

Art. 25 – Compete ao 2º secretário, sem prejuízo de outras responsabilidades que lhe forem atribuídas, substituir o 1º secretário nos seus impedimentos e eventuais ausências.

Art. 26 - Compete ao 1º tesoureiro:

- I Receber e escriturar as contribuições financeiras:
- II Fazer os pagamentos de despesas da igreja;
- III Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, juntamente com o presidente;
- IV Apresentar balancetes mensais e balanços anuais à assembleia da igreja.

Art. 27 – Compete ao 2º tesoureiro, sem prejuízo de outras responsabilidades que lhe forem atribuídas, auxiliar o 1º tesoureiro, na execução de suas atividades e substituí-lo nos seus impedimentos e eventuais ausências.

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO CONSULTIVO

- **Art. 28** O Conselho Consultivo é constituído pela diretoria da igreja e pelos dirigentes dos ministérios e dos órgãos internos e externos, se estes não forem subordinados a qualquer ministério.
- § 1º O Conselho será presidido pelo presidente da igreja ou seu substituto legal.
- § 2º O Conselho reunir-se-á periodicamente, para tratar do planejamento geral e supervisionar os diversos órgãos da igreja, cabendo-lhe ainda:
- I Preparar a pauta da assembleia geral;
- II Assessorar a diretoria da igreja em matéria administrativa;
- III Emitir parecer para a assembleia geral;









IV - Decidir juntamente com o presidente da igreja nos casos previstos no inciso VIII do art. 22 deste estatuto.

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO FISCAL

- **Art. 29** A igreja elegerá bienalmente, em Assembleia Geral Ordinária, um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros e 3 (três) suplentes, com as seguintes atribuições:
- I Examinar e dar parecer sobre os balancetes mensais e balanço anual, elaborados pela tesouraria;
- II Acompanhar a evolução financeira e o registro contábil;
- III Examinar, periodicamente, os relatórios financeiros, os lançamentos de todas as contas da igreja, recolhimentos legais, oferecendo o competente parecer para apreciação da assembleia geral;
- IV Recomendar as medidas administrativas necessárias à manutenção do equilíbrio

Parágrafo único – Não poderá participar do Conselho Fiscal membro da IGREJA que seja parente, sanguíneo ou afim, até terceiro grau, de membros da Diretoria.

CAPÍTULO VIII

DOS MINISTÉRIOS

- Art. 30 O ministério pastoral será exercido como preceituado na Bíblia Sagrada, particularmente no Novo Testamento.
- **Art. 31** A orientação espiritual da igreja, bem como a direção dos atos de culto, caberá ao pastor titular que será eleito por tempo indeterminado, a critério da igreja, na forma do artigo 17, inciso V, § 3º deste estatuto.
- **Parágrafo único** O candidato ao pastorado da igreja deverá provar sua filiação à Ordem dos Pastores Batistas do Brasil e membresia de no mínimo 5 (cinco) anos em uma igreja batista da Convenção Batista Brasileira.
- **Art. 32** A igreja poderá eleger ou receber pastores auxiliares, os quais serão eleitos ou acolhidos na forma do artigo 17, inciso V, § 3º deste estatuto, cabendo-lhes auxiliar o pastor titular na orientação espiritual da igreja e na direção dos atos de culto e substituí-lo em seus impedimentos e eventuais ausências.



financeiro.



9



- **Art. 33** Para exercício do ministério em áreas específicas, a igreja poderá eleger Líderes de Ministério.
- **Art. 34** A Igreja elegerá diáconos e/ou diaconisas para mandato bienal, podendo serem reeleitos, cabendo-lhes auxiliar a diretoria da igreja nas atividades administrativas e na ação social, desde que atendam às exigências do Novo Testamento.
- **Art. 35** A remuneração do pastor titular, dos pastores auxiliares e dos líderes de ministério será exclusivamente em decorrência das suas atividades ministeriais.

CAPÍTULO IX

DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES DE RECURSOS

- **Art. 36** O patrimônio da igreja é constituído de bens móveis, imóveis e outros compatíveis com sua natureza e missão.
- **Art. 37** Os recursos para manutenção da igreja são oriundos dos dízimos, ofertas e contribuições dos seus membros, por ato de fé, e só poderão ser aplicados na consecução de seus fins.
- **Parágrafo único** Sua receita, rendas, rendimentos, serão aplicados integralmente, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.
- **Art. 38** A igreja poderá receber, por decisão da assembleia geral, doações e legados, desde que sua origem não seja considerada de natureza ilícita ou contrária aos princípios bíblicos, que deverão ser aplicados, exclusivamente, na consecução de suas finalidades e objetivos.
- **Art. 39** Os dízimos, ofertas, contribuições, doações e legados integram o patrimônio da igreja, não podendo ser reivindicados, sob qualquer alegação, por seus membros nem por terceiros.

CAPÍTULO X

DAS DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS E ADMINISTRATIVAS

Art. 40 – Ocorrendo divisão da igreja, por divergências administrativas, o patrimônio pertencerá à maioria se os grupos permanecerem fiéis ao que dispõe o Art. 2º deste Estatuto.

A.



8



Art. 41 – Ocorrendo divergências entre membros da igreja, no tocante às práticas eclesiásticas e às doutrinas batistas, como expostas na "Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira", que causem divisão, os bens patrimoniais ficarão na posse, domínio e administração do grupo que permanecer fiel às mencionadas práticas e doutrinas, mesmo que seja constituído pela minoria.

Parágrafo Único – De igual modo, o nome Igreja Batista Videira, será de uso exclusivo do grupo fiel às Doutrinas Batistas referidas no *caput* deste artigo, cabendo-lhe, também, as seguintes prerrogativas:

 I – Permanecer na posse e domínio dos imóveis da igreja, neles continuando a exercer as suas atividades espirituais, eclesiásticas e administrativas;

II – Eleger outra diretoria, inclusive um novo pastor, se as circunstâncias o exigirem;
 III – Exercer todos os direitos e prerrogativas previstos neste Estatuto e na lei.

Art. 42 – Configurada qualquer das hipóteses previstas nos artigos 40 e 41, o julgamento do litígio será feito por um Concílio constituído de 7 (sete) pastores em exercício no Ministério Pastoral em Igreja Batista filiada à Convenção Batista Brasileira, assegurando a cada grupo divergente o direito de indicar 03 (três) componentes do referido concílio, considerado vencido de antemão o grupo que se opuser a esta exigência.

Parágrafo Único – Caberá à CONVENÇÃO, através de seu Conselho, mediante exposição devidamente fundamentada, a criação do Concílio, cabendo-lhe também a indicação de um nome para juntar-se às indicações das partes.

- **Art. 43** O processo de instrução e julgamento terá início no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que a representação apresentada por uma das partes suscitantes chegar à CONVENÇÃO.
- § 1º Na sua primeira reunião o Concílio de Pastores elegerá o presidente e dois secretários;
- § 2º O Concílio poderá realizar suas reuniões na sede da igreja ou fora dela;
- § 3° As decisões do Concílio de Pastores são irrecorríveis, entrando em vigor imediatamente;
- § 4° O grupo que, de qualquer maneira, se opuser ao processo aqui estabelecido, será considerado vencido, ficando sujeito às sanções previstas neste Estatuto e na lei.







Art. 44 - O Concílio terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data em que tenha sido constituído, a fim de apurar os fatos e proferir a decisão final.

Parágrafo único – No processo de apuração dos fatos e tomada de decisões, o Concílio fará uso das provas em direito admitidas.

- **Art. 45** Enquanto não for proferida a decisão final nenhum dos grupos em litígio poderá deliberar sobre os seguintes assuntos:
- I Alienação por venda ou de outra forma, bem como oneração total ou parcial do patrimônio da igreja;
- II Desligamento de membros ou quaisquer restrições aos seus direitos individuais na igreja;
- III Reforma do Estatuto ou qualquer outro documento normativo;
- IV Mudança da sede;
- V Alteração do nome da igreja;
- VI Pedido de desligamento da IGREJA do Rol Cooperativo da Convenção Batista Paraibana e Convenção Batista Brasileira.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **Art. 46** Os membros da IGREJA não respondem individual, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações por ela contraídas, bem como, reciprocamente, a igreja não responde pelas obrigações assumidas por seus membros.
- **Parágrafo único** Não haverá solidariedade da IGREJA quanto às obrigações contraídas por outras igrejas ou instituições denominacionais.
- Art. 47 A IGREJA não concederá avais ou fianças, nem assumirá quaisquer obrigações estranhas às suas finalidades.
- Art. 48 A qualidade de membro da IGREJA é intransferível, sob qualquer alegação.
- **Art. 49** Na Assembleia Geral a IGREJA adotará as Regras Parlamentares da Convenção Batista Brasileira, podendo adaptá-las à sua realidade.
- **Art. 50** A IGREJA poderá adotar Regimento Interno em que serão definidos a estrutura, os objetivos e funcionamento dos diferentes ministérios, do Conselho Consultivo, do Conselho Fiscal e demais órgãos da IGREJA.





8



Art. 51 - A IGREJA poderá criar, quando julgar necessário, novas áreas de trabalho, outros órgãos, bem como coordenadorias e comissões permanentes, cujas estruturas e finalidades serão definidas no Regimento Interno.

Art. 52 - A dissolução da igreja só poderá ocorrer pela Assembleia Extraordinária, na forma do art. 17, inciso IX, § 5°, quando deixar de cumprir suas finalidades, conforme disposto nos artigos 2º e 3º, deste estatuto.

Art. 53 - Na hipótese de dissolução da IGREJA, o patrimônio líquido será destinado à Convenção Batista Paraibana e, na sua falta, à Convenção Batista Brasileira.

Art. 54 - Este Estatuto só poderá ser reformado em Assembleia Extraordinária, sendo irreformáveis os artigos 1º e seu parágrafo único e 2º e 3º, no que se refere à natureza e a finalidade da IGREJA, bem como o inteiro teor dos artigos 40, 41, 42 e 45.

Art. 55 - Este estatuto foi aprovado na Assembleia Extraordinária, em 19/03/2022, e entrará em vigor após seu registro no Cartório das Pessoas Jurídicas, cujas presenças estão registradas em Livro próprio, ordenando a Plenária, sua composição, aprovação e registro, na forma do art. 409, inc. I da Lei Federal 13.105/2015.

João Pessoa - PB, 19 de março de 2022.

CARTORIO

VIEIRA BATISTA

Presidente

Aristarco Pereira Coelho

Parvallo de Silva Filhs Vice-presidente

Edvaldo Carvalho da Silva Filho

1ª Secretária

Débora Vasconcelos Correia

oficio Distrital Rua Elias Pereira de aijo, 40 Mangabei

2022 12:06:16

RECONHECIMENTO DE FIRMA 2022-022633

EMOL: R\$ 11,26 FEPJ: R\$ 2,26 FARI 9ELO DIGITAL: AMV61882-6DGR

JOSELIO ALVES BATISTA - ESCREVENTE AURORIZADO

IGREJA BATISTA VIDEIRA TEL: +55 (83) 99840-519

Lei Federal 8.906/92

BEL IANCO CORDEIRO

Advogado OAB/PB 11.383

Pastor inscrito pa OPBB-PB nº 6839



PECONHECIMENTO DE FIRMS 2022-033525





REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA

-REGISTRODocumento protocolado sob nº 809332 e registrado
no Livro A 1087 sob nº 809332 e folha 012 e arquivado
neste Serviço.

Certifico e dou fé. João Pessoa - PB. 04/05/2022 13:11:33

SELO DIGITAL: AMU48778-K77S
Confire a autonticidade an https://eelodigitai.tjpb.jus.br

EMOL R\$ #281,99 FARPEN R\$ #15 43 FEPJ R\$ #56,40

